

ARGENTINA, DE NOVO

Guillermo O'Donnell

I

Novamente, raiva e tristeza. Outra vez, esperanças frustradas e uma crise que, em muitos aspectos, é pior que as muitas e muito graves por que passamos. Não vou dar detalhes dela — eles são amplamente conhecidos. Além do mais, qualquer dado corre o risco de perder a atualidade, dada a alucinante velocidade com que a crise se precipita. No momento em que escrevo, primeira semana de junho de 1989, esses dados são muito piores que os de, digamos, 15 de maio — não é improvável que o mesmo volte a ocorrer dentro de poucos dias. Basta assinalar que a crise, para além de suas dimensões econômicas, políticas e sociais, afeta o próprio Estado em alguns de seus aspectos mais constitutivos. Durante vários dias a Argentina foi um país sem moeda; mesmo aqueles que, nesta economia dolarizada, quiseram trocar seus dólares não conseguiram, já que não havia uma equivalência entre dólares e austrais evaporados. Um Estado sem moeda foi complementado por um Estado sem capacidade de coerção. Para conter os saques foram chamadas as polícias provinciais. Alguns de seus membros deram vazão a suas inclinações assassinas, atirando para matar contra os saqueadores; outros, não menos miseráveis que esses, assistiram passivamente seus vizinhos trazer comida para casa. Outros habitantes de bairros populares, aterrorizados com a possibilidade — que de fato ocorreu — de verem suas próprias casas saqueadas, se armaram e for-

maram sua própria "polícia". Por seu lado, as Forças Armadas fizeram saber que não iriam obedecer às ordens para intervir, a menos que o governo modificasse a Lei de Segurança Nacional (dando-lhes o direito de "custodiar a ordem interna", quando e como lhes parecesse necessário), que fosse declarada anistia total a seus presos e processados e — reivindicação mais almejada — que o Executivo e o Legislativo rendessem homenagem ao "heróico serviço que prestaram à nação durante a guerra contra a subversão". Foi desse modo que, sem moeda e poder de coerção, e com um governo absolutamente desacreditado, nesses dias a crise argentina beirou a dissolução do Estado, e essa por sua vez levou a crise ao paroxismo — estranha situação pré-revolucionária sem revolução nem revolucionários, às voltas porém com uma extrema direita, civil e militar, que vê nessa situação justificativa para suas atrocidades do passado, avançando otimisticamente para o futuro...

Também não vou fazer previsões. Já houve uma vez (1974-1976) em que meu país caiu no abismo. O grau de dissolução do Estado e da economia era — mesmo que, pensando naqueles tempos, custe a crer — menor, mas agora não há (ainda?) a violência organizada de guerrilheiros, fascistas, gorilas sindicais e militares matando-se pelas ruas. Desse abismo resultou, como sabemos, a infâmia da guerra suja e uma política econômica que não só levou à destruição boa parte da indústria argentina como também da classe operária e dos sindicatos. Não sei o que pode resultar do atual abismo. Talvez — resquício de esperança — a recordação do abismo anterior leve a tentativas bem-sucedidas de estabilizar a situação, oferecendo a possibilidade de o presidente eleito, Carlos Menem, começar a governar. O que pode ocorrer depois disso é ainda mais difícil de prever: talvez um instinto de sobrevivência e um jogo de cintura de que tem dado provas várias vezes nesses dias, unidos a uma capacidade executiva de que até agora não deu mostras, permitam a Menem conduzir a crise econômica a melhores portos. Mas, por outro lado, não posso deixar de recordar quanto a brutalidade de uma crise que afeta os parâmetros elementares do cotidiano alimenta os instintos mais violentos e regressivos de toda uma sociedade. Temo que a solicitação de restabelecimento da ordem, de *qualquer ordem* que exorcize *este caos*, unida à vitoriosa arrogância das Forças Armadas e à leitura sinistra que fazem destes acontecimentos os — sempre numerosos e poderosos — setores autoritários e reacionários, leve, com ou sem Menem como presidente, a uma nova era de vingança repressiva. Além do mais, vários personagens e setores próximos a ele não são exatamente tranquilizadores quanto à firmeza de seus compromissos democráticos.

Em 1983 a grande maioria dos argentinos celebrou a eleição de um presidente, Raúl Alfonsín, que por seu discurso e comportamento encarnava as melhores aspirações de convivência democrática. O julgamento das Juntas Militares e de outros grandes assassinos do período anterior, apoiado pela imensa maioria da população, indicou o desejo de enfrentar, saudavelmente, sem negá-lo mas também sem vinganças, um passado

tão recente quanto terrível. O plebiscito que aprovou, também por ampla maioria, o tratado de paz com o Chile voltou a expressar um desejo de paz e uma drástica negativa do louco belicismo do período precedente. A derrota do peronismo, liderado por seus piores elementos, em 1983, e, por uma margem ainda maior, nas eleições parciais de 1985, gerou um importante processo de mudança interna, no qual um grupo bastante heterogêneo — os "renovadores" —, que incluía majoritariamente dirigentes dispostos a aceitar as regras do jogo democrático, foi conseguindo o controle do peronismo. Além disso, após um primeiro ano de indefinições e erros, esse presidente saído do voto direto e majoritário, detentor de enorme prestígio pessoal, indicou para dirigir a economia um grupo de profissionais altamente capacitados que, ademais, havia tido uma clara posição crítica durante o regime militar. Estes lançaram o "Plano Austral", que pareceu capaz não só de eliminar a inflação como também de conduzir a economia por caminhos mais prósperos. Ou seja — ainda que, como veremos, não tenham faltado exceções —, se tratou de um governo, a começar pela probidade pessoal de Alfonsín, pouco corrupto e, não faz muito, pouco suspeito de corrupção.

No que acabo de dizer há algumas semelhanças e, sobretudo, fortes contrastes — quase todos eles em princípio favoráveis a um melhor destino da transição argentina — com o período Sarney. Como explicar, então, a atual catástrofe de meu país? Não há dúvida, o regime militar deixou duas heranças pesadíssimas: em primeiro lugar, a desorganização da economia (incluindo não só uma forte desindustrialização como também uma ainda mais forte concentração de capital em um punhado de grupos econômicos); o empobrecimento do aparelho do Estado; uma forte queda dos salários e do número de trabalhadores industriais, muitos dos quais ajudaram a inchar um "setor informal" que, pela primeira vez nas grandes cidades argentinas, contribuiu com as diversas formas de mendicância que expressam o brutal empobrecimento latino-americano (do qual os argentinos, apesar de tantos tropeços de nossa história, acreditávamos estar isentos); e, por certo, o peso — particularmente opressivo para uma economia de escasso dinamismo exportador — de uma dívida externa que nem sequer foi usada para construir obras faraônicas, e sim para a mais desenfreada especulação financeira e para a compra da parafernália bélica com que os heróis da guerra interna se renderam nas Malvinas. A outra herança, por certo, foi a destas Forças Armadas, que parece que não reviram nem aprenderam nada com seu passado. Ademais, embora isso venha de mais longe, o regime militar agudizou tremendamente as características de uma burguesia que se centra muito mais nas atividades financeiro-especulativas do que nas produtivas.

Tudo isso é certo e sem dúvida pesou agudamente sobre o governo de Alfonsín, limitando-o de mil maneiras. É justo reconhecer isso, que deverá ser parte do balanço desse período — que não posso, por escassa distância cognitiva e emocional, fazer aqui. Mas, *pelo menos*, ao final de seu mandato esse governo poderia não ter piorado a herança que rece-

beu. Não foi assim: não custa insistir na profundidade da atual crise econômica e sobre o colapso do aparelho estatal. Além disso — ainda que a aceleração da inflação torne impossível medi-los com rigor —, hoje os salários são muito mais baixos que os já muito baixos que o regime militar legou; a pobreza absoluta e suas múltiplas manifestações sociais aumentaram consideravelmente; o peso da dívida externa é mais opressivo do que nunca (com o agravante de uma dívida interna frente à qual a brasileira parece ínfima); e o muito que já havia de especulativo na economia argentina subordina mais que nunca os comportamentos de todos os atores. Mais ainda — mal dos males —, as Forças Armadas observam vitoriosamente o caos atual e, como vimos, fazem uma *chantagem* que, na realidade, é a etapa final de uma série de concessões que, sobretudo depois do louco ataque ao regimento de La Tablada, vêm arrancando do governo (e da sociedade, que em sua esmagadora maioria aprovou), concessões que de longe excedem àquilo que razoavelmente (quero dizer, democraticamente) pode interessar às Forças Armadas — como o restabelecimento de formas bem pouco sutis de censura à televisão. Por fim, a interpretação do governo, apoiada por boa parte do peronismo (para não falar nada da direita neoliberal e da outra...), insiste na afirmação de que as convulsões sociais desses dias foram causadas (novamente, por parte de um governo que ao menos poderia ter evitado usar esse discurso sinistro) por "extremistas", "agitadores profissionais" e toda laia de "subversivos". Junto com esse discurso do governo, tão paranóide quanto inutilmente autojustificatório, e a declaração do "estado de sítio", veio a prisão de dirigentes de dois minúsculos partidos de esquerda e, diante da possibilidade de qualquer protesto político, reapareceram os robustos assassinos de casaca de couro e os Ford Falcon que foram a marca registrada da matança iniciada em 1976. Assim, inclusive na principal parte da herança positiva deixada por este governo (seu cuidado em resguardar e respeitar as liberdades constitucionais), esses últimos meses marcaram retrocessos lamentáveis.

II

Por que tudo isso? Como isso foi possível? Não posso tentar uma resposta satisfatória, que exige condições cognitivas e emocionais que, como já disse, não tenho. Por isso, nas páginas que seguem vou me limitar a alguns aspectos que me parecem ter sido importantes para precipitar a crise atual. Eles podem ter interesse para outras transições, ao menos como exemplo paradigmático de coisas que *não* devem ser feitas se quer levá-las a bom termo.

A maldição do populismo. Muito se escreveu sobre essa praga continental, acentuando-se um certo modo de relação entre o "líder" e as "massas", um modo de fazer política, e alguns conteúdos típicos de políticas econômicas e sociais quando o populismo chega ao governo¹. Tu-

(1) Refiro-me principalmente a trabalhos recentes de Luis Carlos Bresser Pereira, que insiste com acerto em certas características típicas das políticas econômicas e sociais do populismo. Vide, esp., "Ideologias Econômicas e Democracia no Brasil", Instituto de Estudos Avançados, USP, no prelo; e "Desventuras do Populismo", *O Estado de São Paulo*, 16/2/89.

do isso é importante e interessante. Mas falta ressaltar o que me parece a dimensão mais antidemocrática e, finalmente, mais destrutiva do populismo: sua concepção *movimentista* da política. O movimento populista não se autoconcebe como um partido, que por definição expressa as "partes" da nação. A paixão populista é ser a expressão da NAÇÃO, fora da qual restam apenas inimigos ou alienados ideológicos a ser derrotados pelos que são a "verdadeira expressão" da nação. Talvez meu país seja mais afetado por esse *pathos*, e o peronismo, sua maior expressão². Mas é menos conhecido, e óbvio, que o Partido Radical — e, em geral, isso que não se sabe definir muito bem, mas que cabe chamar de cultura política argentina — também está profundamente afetado por essa praga. Isto ficou muito claro no discurso e na prática de governo do pai fundador do radicalismo, Hipólito Yrigoyen. Não era aparente no candidato presidencial Alfonsín nem em seu primeiro ano de governo. Mas depois, quando o Plano Austral pareceu oferecer um horizonte triunfal que as eleições parciais de 1985 ratificavam, a hidra ergueu, forte como nunca, sua cabeça.

Então, "movimentistas" e sicofantas inventaram, com indubitável assentimento de Alfonsín, o tema do "Terceiro Movimento Histórico". Depois do primeiro "momento" (radical, com Yrigoyen) e do segundo (peronista, com Perón), se abria agora, por um longo período, o terceiro (com Alfonsín), de hegemonia do Partido Radical, sob a liderança pessoal daquele. Uma consequência dessa ilusão foi a atitude frente ao peronismo e sua crise. Como este havia "cumprido seu ciclo histórico", só restava ajudá-lo a completar sua desintegração e, assim, assegurar a viabilidade do Terceiro Movimento Histórico. Corolário: a estúpida astúcia de grande parte do governo e do Partido Radical foi a de apoiar dentro do peronismo àqueles que eram seus piores elementos (e, portanto, iriam acelerar a dissolução do desconjuntado Segundo Movimento Histórico). Assim foi, primeiro com os que o haviam conduzido à derrota nas eleições de 1983 e 1985, e depois, quando apesar disso os "renovadores" tinham ganhado dentro do peronismo, apoiar Menem contra os que, encabeçados por Caffiero, contrariamente a aquele despertavam escassos receios nos setores médios (e, portanto, tinham melhores chances nas eleições presidenciais de 1989) e, detalhe nada insignificante, tinham se comprometido mais claramente com a continuidade do processo democrático.

A inflamada e antiga rivalidade entre peronismo e radicalismo teve muito a ver com isso (como dois *movimentos* podem conceber sua convivência e alternância no governo?); o ódio oligárquico — não burguês, uma diferença com o Brasil que não posso elaborar aqui —, que tanto peso tem na Argentina, enfocado, pelas piores razões, no conteúdo popular do peronismo; e os eternos canalhas que rondam os palácios do poder. Mas surpreende, e isso alude à intensidade da praga populista/movimentista, que Alfonsín — um político, quando na oposição, de claras e, por vezes, como durante a guerra das Malvinas, corajosas credenciais democráticas — e alguns intelectuais — críticos e progressistas, retornados do

(2) Um agudo observador da política argentina, Giorgio Alberti (Universidade de Bologna), em diversos trabalhos ainda não publicados vem dando ênfase particular — e convincente — a este tema.

exílio ou saindo das angústias de ter vivido sob o terror do regime militar — entrassem neste delírio.

Isto teve outras graves consequências. Em primeiro lugar, ajudou a sobrevivência, dentro do peronismo, de muito de seus piores elementos, com importantes posições dentro do peronismo (e do governo, onde uma das grandes espertezas foi incorporar como ministro do Trabalho um representante do setor mais pelego e gangsterista do sindicalismo). De início pareceu que iria ser fácil pulverizar o peronismo. Mais tarde, quando o triunfalismo pós-Austral e pós-eleições de 1985 acabou, pareceu que era melhor que o candidato do peronismo fosse Menem (para esses gênios da política, um ridículo provinciano a quem seria fácil derrotar nas eleições presidenciais), e não Caffiero, que poderia atrair muitos votos dos setores médios.

Uma segunda consequência foi o quase total esquecimento por parte desse governo, tão zeloso das liberdades constitucionais, da tarefa de construção e reforma institucional que toda transição democrática exige. Entre outras coisas, a reforma constitucional foi apresentada de maneira que era evidente que alguns de seus principais itens — tais como a transformação do regime em um curioso e provavelmente inviável híbrido de presidencialismo e parlamentarismo — tinham como meta principal permitir que, como primeiro-ministro, Alfonsín continuasse governando após o término de seu mandato presidencial. Outros itens, que teriam conduzido a um melhor funcionamento e ao fortalecimento do Congresso, ficaram enterrados não só porque, para os "movimentistas" radicais, não havia por que dar mais poder a uma instituição em que o peronismo tinha importante peso, mas também porque, como veremos, o próprio Congresso era um obstáculo para um certo estilo de tomar decisões de políticas públicas. O balanço desses supremos desacertos foi que o governo e o partido governante deixaram passar a oportunidade de concluir, com os renovadores do peronismo, o pacto *político* democratizante que, conforme argumentos que desenvolvi em outros trabalhos, foi o elemento básico das transições bem-sucedidas.

A maldição do "aparelhismo". Em alguns trabalhos anteriores tratei de explorar algumas das consequências que tiveram, em nível de cotidiano, a brutal repressão e a espetacular, predatória, corrupção do regime militar. Muitos desses efeitos permanecem. Entre eles, um grau enorme de corrupção, inclusive em seus níveis mais capilares, do aparelho estatal — que me parece, e não é dizer pouca coisa, superior ao alcançado no Brasil³. Contra isso, parte do trunfo de Alfonsín em 1983 foi sua (autêntica) imagem de probidade, compartilhada em boa medida pelo Partido Radical ("são honestos mas não sabem governar", reza há décadas a cultura popular).

Como disse acima, tudo indica que na maior parte dos altos escalões do governo essa imagem de probidade se manteve. Mas há uma importante ressalva. As pessoas com que, em 1982, Alfonsín derrotou as cor-

(3) Razões de espaço me impedem de elaborar este comentário. É suficiente aqui comentar que em Buenos Aires a corrupção chegou ao ponto de se pagar diretamente, às pessoas que deveriam vender os talões de estacionamento de automóveis, metade de seu valor; se, pensando em certas obrigações cidadãs, alguém insiste em comprar o talão, o risco de encontrar os pneus de seu carro furados é alto. Que eu saiba, pelo menos em São Paulo, esta e outras maravilhas ainda não foram inventadas.

rentes tradicionalistas do radicalismo, na luta pela indicação para a disputa presidencial, e que o acompanharam no círculo mais íntimo do governo, fazem parte de uma geração que está hoje por volta dos 40 anos. Pertencentes em sua maioria ao setor chamado "la Coordinadora", embora não faltassem pessoas de outros setores que os acompanharam, elas partiram de uma leitura crítica dos fracassos anteriores do Partido Radical, em especial do golpe que derrubou o governo de Arturo Illia, em 1966. O problema era que o radicalismo nunca teve bases, para usar sua linguagem, nas grandes "corporações" da Argentina (trabalhadores, empresários, Igreja, Forças Armadas). Foi assim, efetivamente, durante os governos de Yrigoyen e Illia, quando a hostil confluência dessas forças contribuiu decisivamente para derrubá-los. E assim também seria, segundo eles, ao menos a curto e médio prazo, com o governo a que deram início em 1983. Conclusão: já que não havia apoios em outras partes, sua alavanca de Arquimedes seria o aparelho estatal. E se puseram a conquistá-lo, colocando "seus homens" em todos os lugares-chave que pudessem, praticando — ainda que sem dúvida menor que no Brasil — um intenso clientelismo às custas de um Estado que tinham recebido já tão debilitado, e abriram as portas de seus gabinetes aos "capitães da indústria" (basicamente, donos de empresas que cresceram desmesuradamente durante o regime militar, como fornecedoras do Estado e, por certo, como exímias especuladoras), aos quais possibilitaram negócios que, além de debilitar ainda mais o próprio Estado no qual os "coordinadores" queriam sustentar-se, lhes trouxeram abundantes fundos com que financiar seus propósitos políticos (e, segundo se diz insistentemente, para que alguns deles criassem grandes fortunas pessoais).

Esta era a base de poder com que haveriam de criar, e controlar, o Terceiro Movimento Histórico. Obviamente, isso era profundamente conflitivo com o peronismo e, inclusive, com os demais setores do radicalismo. E não era, por certo, consistente com um adequado funcionamento do Congresso nem em geral das outras instituições republicanas que, é claro, eles não tiveram interesse em fortalecer. Esse "pragmatismo" de uma crua política de poder, obrigado apesar de tudo a conviver com outros setores no governo, e com esses e com o peronismo no Congresso, criou um governo excepcionalmente fracionado. Não sou inocente em relação a como funcionam os governos; mas estou convencido de que aquele que agora nos ocupa foi excepcional pelo grau — a paixão dominante — com que vi, com poucas e honrosas exceções, tantos altos funcionários dedicados a impedir que outros fizessem algo, sem que em nossas conversas parecesse passar por suas cabeças uma sombra de preocupação por um interesse algo mais geral que o de sua própria facção. Este fracionamento se produziu também entre os próprios dirigentes da Coordinadora; sua tática de crua acumulação de poder sem uma concepção compartilhada de interesse geral do país os dividiu em um labirinto de ciúmes, vetos e mútuos bloqueios. Um dos resultados foi não só uma merecida imagem de falta de efetividade governamental para decidir e, sobretudo, para im-

plementar políticas, mas também a reiterada impressão passada à opinião pública de um governo no qual quase ninguém tinha temas substantivos para apresentar à opinião pública (isso apareceu dramaticamente na campanha para a crucial eleição parcial de 1987 — onde o radicalismo foi terminantemente derrotado pelo peronismo —, feita com base em *slogans* de um vazio abissal⁴). Ademais, essas pessoas, mesmo depois de caducado o sonho do Terceiro Movimento Histórico, continuaram falando e atuando com uma arrogância que, além de insultar a opinião pública, levou à esperteza máxima: a antecipação das eleições presidenciais de 1989.

Pior ainda, nesse cenário, composto pelas desventuras da economia e pela tremenda falta de efetividade do aparelho estatal, o prestígio pessoal de Alfonsín se desgastou rapidamente.

Um certo estilo de fazer política (econômica). Embora isto seja parte de um tema muito mais amplo e complicado⁵, devo discutir aqui alguns aspectos desse estilo, pelo que ele contribuiu para um dos erros menos afastados no tempo — e um dos mais determinantes — da atual crise. Qual quer que seja o juízo (e duvido que possa ser positivo) sobre os pressupostos, concepções e resultados do Plano Austral e seus equivalentes, há um aspecto deles que me parece *politicamente* irrefutável: eles são conflitantes com o processo de criação e fortalecimento institucional requerido para a consolidação da democracia. Trata-se, é óbvio, do segredo e da surpresa com que, passando necessariamente por cima do Congresso, partidos e interesses sociais organizados, esses planos são anunciados e (ao que parece, fatalmente) renovados ou retificados não muito depois. Trata-se também, para além das ressalvas de que os economistas de plantão podem lançar mão em conversações internas ou em memorandos reservados, da inevitável utilização política dos momentos em que esses planos parecem estar dando certo. O triunfalismo; a ilusão de que com algumas medidas é possível solucionar graves problemas estruturais; as expectativas irresponsavelmente alimentadas; a inevitável personalização do poder na figura do presidente (cujo prestígio fica, então, desnecessariamente identificado com a sorte desses planos); a mensagem (implícita mas eloquente) de que nem o Congresso nem os partidos políticos servem para resolver questões realmente importantes — tudo isso não precisa de elaboração. Apenas é preciso acrescentar que, quando os infortúnios do plano tornam necessário recorrer ao Congresso e aos partidos, não poucos rasgam as vestes, juntando mais uma ferida à tarefa de institucionalização democrática, ante a escassa "solidariedade" e "sentido de responsabilidade" daquelas instituições.

Mas, além disso, suspeito que esses planos e seu estilo de tomada de decisões, mesmo quando claramente já fracassaram, parecem fomentar as mais onipotentes — e perigosas — ilusões dos governantes, economistas ou não. Talvez aconteça que, quando a crise levanta novamente a cabeça, surja uma poderosa demanda por parte de presidentes e outros personagens que, talvez ainda acreditando na magia do saber econômico, reivindicam novos "pacotes" decididos fora dos circuitos institucionais

(4) O principal *slogan* dessa campanha era JUNTOS PODEMOS, neste país altamente politizado e já então angustiado por uma série de problemas econômicos, sociais e militares sobre os quais cabia esperar alguma proposta do governo e seu partido. Por esses acasos da vida, em um breve intervalo na apressada redação deste texto, junto com a conta do cartão de crédito American Express, encontro um folheto que anuncia o programa "Juntos Podemos", que "...faz parte da filosofia de parceria que a American Express mantém com seus Estabelecimentos Afiliados, fazendo dos mesmos parceiros dos seus negócios...". Esta coincidência não é acidental. Para essa política vazia de idéias e de metas dos "Coordenadores", não se tratava de muito mais do que vender (e maquiar) um "produto" — algo que pode funcionar em outras latitudes, mas que o treinado cinismo do eleitorado argentino dificilmente ia deixar passar.

(5) Dentro de uma vasta literatura, me refiro especialmente a Francisco de Oliveira, "A Ópera Bufo Again", Folha Ilustrada, Folha de São Paulo, 29/11/86; e Lourdes Sola, "Limites Políticos ao Choque Heterodoxo no Brasil — Técnicos, Políticos, Democracia", Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS, V. 3, nº 9, fevereiro de 1989.

e de representação de interesses. Talvez aconteça, também, que, quando está no governo e quer resgatar do fracasso medidas que tomou anteriormente, o economista tende a sucumbir à tentação de "fazer outra tentativa". Não estou seguro acerca do que pode realmente explicar fenômenos que pertencem à patologia política de certos funcionários que têm, por outro lado, o legítimo direito de reivindicar sua trajetória democrática. Mas o fato é que na Argentina, como em outros países que embarcaram nesses benditos planos, parece ter se tornado um vício adotar, vez ou outra, medidas que eludem cuidadosamente (sem que os resultados visíveis possam justificá-las por sua eficácia⁶), os mecanismos de consulta, negociação e coparticipação institucionalizada na tomada de decisões que são característicos das democracias estáveis, que, supõe-se, todos queremos construir.

Talvez essas repetições (para os leitores com ouvido freudiano aviso que esse termo não é inocente) se devam a uma combinação de onipotência (como é que "esses aí" podem saber mais que eu o que deve ser feito?) e de desespero (agora que as coisas vão mal, como é que eu posso abandonar o barco e não fazer uma nova tentativa de arrumá-las?). Suspeito que houve muito disso em relação ao outro grande responsável pela atual crise argentina: o Plano Primavera.

Em agosto de 1988, quando as taxas de inflação cresciam ameaçadoramente e outras variáveis não se comportavam melhor, surge o plano. A idéia era simples: tomar medidas para controlar a inflação e, se possível, melhorar os salários reais. Objetivo: chegar às eleições presidenciais em uma situação que permitiria ao candidato do Partido Radical, Angeloz, conquistar uma vitória; essa expectativa foi reforçada quando, pouco depois, "o peronismo se suicidou eleitoralmente", ao eleger Menem como seu candidato. Claro que, como a economia tinha pouco fôlego, era preciso levar outras coisas em consideração. A primeira foi que — como o Plano Primavera tinha bases débeis — para garantir seus efeitos benéficos até as eleições presidenciais era conveniente adiantar, no limite máximo permitido pela Constituição, as eleições presidenciais. Daí, nem é preciso dizer, resultaram os surrealistas oito meses que medeiaram entre as eleições já realizadas e o prazo legalmente estabelecido para a transferência de governo. Uma outra consideração foi a de que, como na economia real não havia nada que sustentasse esse passe de mágica, o ganho político antecipado justificava que o Plano Primavera se sustentasse sobre bases precárias e, no mínimo, pouco consistentes com um futuro mais venturoso para a economia⁷. Ou seja, decretou-se um congelamento de preços que não funcionou muito bem (tampouco ninguém esperava que isso acontecesse), mas que serviu para moderar as estatísticas de variação de preços; provocou-se um forte atraso nas tarifas públicas e outros preços cobrados pelo Estado (com as consequências que se pode imaginar para suas tão maltratadas finanças); e, sobretudo, se inaugurou uma política de juros extraordinariamente altos. Parte dessa medida foi um "acordo de cavalheiros", reservado mas notório, com os grandes capitalistas e/ou especula-

(6) É importante comparar com o Uruguai. Para dizer o mínimo, o governo democrático desse país não encontrou uma herança melhor que a do Brasil e Argentina. Mas o conteúdo e estilo da política econômica, em contraste com estes países (e o Peru, com o desastre do "Plano Inti", parente próximo do Austral e do Cruzado), foi crescente e amplamente negociado com o Congresso e diversas forças sociais. Mesmo com todas as dificuldades do caso (incluindo uma pesada dívida externa), o desempenho econômico da democracia uruguaia foi melhor, em praticamente qualquer indicador que ocorra a alguém, que o de nossos países.

(7) Uma excelente análise deste plano pode ser encontrada em Monica Baer, "O Descontrole da Política Econômica na Argentina", Secretaria de Economia e Planejamento/SP, *Análise de Conjuntura Econômica*, nº 34, 7.4.

dores, pelo qual o governo se comprometeu a manter fixa a relação dólar-austral até as eleições de maio de 1989. Em outras palavras, procurou-se (e, por algum tempo, se obteve) o que não sei se pode ser chamado de "ingresso" (já que boa parte desse dinheiro parece que era de especuladores argentinos que provisoriamente trouxeram de volta recursos aplicados no exterior), um ingresso em divisas de capitais especulativos, atraídos pelos fenomenais lucros que resultavam dos altíssimos juros internos e da "garantia" de que o austral não seria desvalorizado durante esse período. As consequências em termos de distribuição da renda, de empobrecimento ainda maior do aparelho estatal e de novo impulso a uma economia especulativa, não pareciam importar muito porque se tratava "apenas" de uma travessia de seis meses (até as eleições presidenciais, como já disse, por isso antecipadas para maio de 1989). Um dos pilares de tudo isso assentava no fato de que novos acordos com os credores externos não tardariam a ocorrer; com eles haveria um impulso para os fundos de longo prazo que diminuiriam o peso dos capitais especulativos e, com isso, permitiriam — também antes das eleições — baixar as taxas de juros internos, diminuir ainda mais a inflação e, em geral, chegar às eleições presidenciais com uma economia suficientemente ajustada.

Perfeito. Só que houve alguns detalhes. Primeiro, o novo governo Bush, nos Estados Unidos, não agiu com a rapidez suposta pelo esquema, nem o FMI nem os bancos credores se dispuseram a estender a tempo a esperada rede de proteção. Outro detalhe foi, em janeiro, La Tablada, que mostrou, para o terror de muitos, que boa parte dos fantasmas do passado continuava viva. Outro ainda, foi que nas pesquisas de opinião Menem se obstinava em manter uma ampla vantagem sobre Angeloz. Assim, no começo de fevereiro algum especulador se assustou e, em vez de continuar confiando em futuros meses de lucros colossais, reconvertiu seus austrais nos sacrossantos dólares. Aí começou o estouro da boiada. Mas o governo sabia que se o estouro continuasse tudo iria explodir, sem contar que violar o "acordo de cavalheiros" mediante a desvalorização que poderia ter contido esse estouro, e portanto submetê-los a pesadas perdas, provocaria a fúria de uma "elite empresarial" que ainda preferia a pálida "sensatez" de Angeloz ao Menem que então prometia o grande *salariazio* e a "revolução produtiva" como a panacéia para os problemas nacionais.

Portanto a solução foi queimar as divisas argentinas (estimadas naquele momento em 4 bilhões de dólares), na esperança de conter o estouro da boiada. Isso, para falar moderadamente, não agradou aos credores estrangeiros, que eliminaram toda e qualquer possibilidade de um socorro de emergência para esse governo tão "irresponsável". Nem esse "heróico sacrifício" das divisas do país conseguiu deter o estouro. O resultado foi que, em fins de fevereiro, com as divisas do Banco Central esgotadas, a maxidesvalorização e outras medidas cambiais que violaram o "acordo de cavalheiros" acabaram ocorrendo.

Obviamente, o pior dos mundos. As consequências econômicas e financeiras dessas medidas foram então muito piores do que se tivessem sido adotadas antes de se liquidar a reserva de divisas e de se aprofundar ainda mais — se é que é possível imaginar — a quebra do aparelho estatal. Não menos importante, os empresários/especuladores que, por meio de numerosas gestões governamentais, continuaram acreditando no "acordo de cavalheiros", subitamente se deram conta que suas doces expectativas de lucro tinham se transformado em uma séria perda. O que restava da preferência de boa parte dos capitalistas pela continuidade do governo radical esfumou-se nesse momento. De fato, segundo diversas indicações, a reação foi ainda mais longe: a partir de então, esses atores sabotaram as tentativas do governo de, pelo menos, chegar às eleições com taxas de câmbio e de juros razoavelmente estabilizadas — de piora em piora, para eles Menem passou a ser a opção menos ruim, e nisso foi ajudado por um discurso que foi se tornando mais cauteloso à medida que se aproximava a vitória.

Assim se precipitou o colapso a que acabamos de assistir. O governo fraudou capitalistas e especuladores externos e internos, ao esperar até o último momento para mudar as regras do jogo do Plano Primavera. Nessa demora levou ao paroxismo as consequências do colapso do plano, ratificou a já estabelecida imagem de incapacidade do governo, e deixou ao pobre Angeloz a missão impossível de superar tudo isso durante sua campanha eleitoral.

O resto são as notícias conhecidas: o precipício em que, em dois meses, esse governo e, com ele, a Argentina, mergulharam. Desde então, a partir da catástrofe que se gerou, uma brutal piora da situação econômica, a fome num país que nem em seus piores pesadelos imaginou que o acoissaria, o avanço da extrema direita (incluído aí, por certo, o gesto insolente que os militares recuperaram), os retrocessos nas garantias jurídicas e nas liberdades públicas — tudo isso, entre outras coisas, é o resultado direto da mistura de onipotência e desespero que levou ao Plano Primavera.

Mas, como argumentei aqui, essas desgraças, e o desespero que expressaram e realimentaram, não podem ser entendidas senão como parte de uma trajetória em que — por tentações e estilos que, desgraçadamente, têm muito mais a ver com a velha antropofagia política argentina que com uma vocação democrática⁸ — foram deixadas de lado preciosas oportunidades de institucionalizar a aspiração democrática que levou esse governo ao poder. Se restam ainda outras oportunidades e se o abismo em que novamente nos encontramos pode servir desta vez para ensinar uma convivência melhor, não me atrevo a predizer. O certo é que, paradoxo dos paradoxos, essa possibilidade agora passa, centralmente, pela capacidade de gestão efetiva e democrática que possam ter um partido e um presidente eleito contra os quais, precisamente, o governo que hoje agoniza se definiu como a alternativa democrática do país.

(8) Isto coloca problemas, em relação ao tema do aprendizado realizado pelos políticos durante o regime autoritário precedente, que provavelmente sejam mais complicados e menos otimistas que o que supus em trabalhos anteriores (vide, esp., meus textos em Fábio Wanderley Reis e Guillermo O'Donnell, eds., *A Democracia no Brasil. Dilemas e Perspectivas* (São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988). No caso que nos ocupa, esse aprendizado apareceu, entre outras coisas, no grande cuidado do governo em efetivar as garantias individuais e associativas da Constituição, assim como na clara atitude de boa parte dos "renovadores" do peronismo em sustentar o processo democrático (assim como no forte repúdio da maioria da população e das organizações sociais às rebeliões militares que agitaram este período). Porém, pelo menos entre importantes atores políticos, esse aprendizado, como vimos, não se estendeu a outros aspectos fundamentais para avançar na consolidação democrática.

Guillermo O'Donnell é cientista político, diretor acadêmico do Helen Kellogg Institute for International Studies, da Universidade de Notre Dame, e pesquisador do CEBRAP. Já publicou nesta revista "Situações" (nº 22).